MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

1.ª Repartição

Decreto n.º 6:829

Tendo-se verificado que o regulamento de 29 de Setembro de 1919 não é suficientemente claro no que diz respeito a prazos para posses de professores cuja colocação derive de transferência ou permuta e, bem assim, reconhecendo-se omisso quanto às desistências dos concorrentes a escolas e ainda à data em que os inspectores escolares podem usar das regalias que lhes atribui o § 2.º do artigo 56.º do decreto n.º 5:787-A, de 10 de Maio de 1919;

Considerando que, à face do citado regulamento, as transforências ou permutas dos professores só podem ter realização no fim do ano lectivo, não sendo assim regular que a posse se efective nos quinze dias imediatos à publicação do respectivo despacho, pois seria violento para os professores e de manifesto prejuízo para o ensino;

Considerando que é evidentemente necessário fixar um período para que a desistência dos concorrentes às escolas possa ter cabimento; e

Considerando ainda que é preciso definir dum modo claro qual a data em que deve começar-se a contar o prazo de quinze dias, para os efeitos do já citado § 2.º do artigo 56.º do decreto de 10 de Maio de 1919;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 1.º da lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O prazo da posse dos professores colocados por meio de transferência, precedida de concurso, ou por meio de permuta, é de quinze dias e começa no fim do ano lectivo.

Art. 2.º Os concorrentes às escolas vagas podem desistir da sua nomeação, desde que assim o requeiram antes de terminado o concurso, ou dentro dos quinze dias imediatos à publicação do respectivo despacho no *Diário do Governo*.

§ 1.º O concorrente que usar duas vezes do direito de desistência não poderá concorrer a qualquer outra escola durante um ano; e o que fizer mais de duas vezes perderá a escola onde se encontrava e não mais poderá concorrer a qualquer outra escola.

§ 2.º Sempre que haja desistência do concorrente classificado em primeiro lugar, abrir-se há novo concurso para a respectiva escola.

Art. 3.º O prazo de quinze dias a que se refere o § 2.º do artigo 56.º do decreto de 10 de Maio de 1919 começa a contar-se desde que a vacatura da inspecção seja publicada no *Diário do Governo*, o que deve fazer-se imediatamente ao conhecimento oficial da mesma vacatura.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 16 de Agosto de 1920. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA —
Artur Octávio do Rêgo Chagas.